



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 2 • nº 05 • 27/03 a 09/04/05 • ISSN 1809-6182

Análises:

31/03/2005 – Dois fóruns com os mesmos interesses e concepções diferentesp.01

O Fórum Social Mundial e o Encontro Anual do Fórum Econômico Mundial são espaços de debates e discussões de propostas de solução para os problemas mundiais atuais. Apesar de compartilharem objetivos próximos, ambos propõem abordagens diferentes. Além disso, as diferenças dos dois são mais profundas.

08/04/2005 – A Economia dos Estados Unidos após 11 de setembrop.04

A partir do ano 2000, a economia dos Estados Unidos sofreu uma desaceleração, gerando impactos nas taxas de desemprego, investimento direto e consumo. Nos anos que se passaram desde 2003, entretanto, uma agressiva política fiscal e monetária desempenhada pelo governo Bush tem refletido na melhora dos principais índices econômicos do país.

08/04/2005 – Referendos populares na Europa: ratificação de uma constituição européia?p.07

O anúncio e a posterior realização de referendos populares por parte de alguns dos Estados-membros da União Européia, no intuito de "ratificar a Constituição Européia", levantam uma série de questionamentos.

Resenhas

03/04/2005 – Relatórios de investigação sobre o Programa Petróleo por Comidap.12

O Comitê de Investigação Independente da Organização das Nações Unidas (ONU) divulga o segundo relatório acerca da investigação das irregularidades do programa Petróleo por Comida no Iraque. Revelações sobre a escolha das companhias empreiteiras para o programa e sobre indivíduos envolvidos diretamente nas atividades ilícitas, dentre eles Kojo Annan, filho do Secretário-Geral Kofi Annan, são trazidas à tona.

Dois fóruns com os mesmos interesses e concepções diferentes

Análise
Economia e Comércio / Desenvolvimento

Wesley Robert Pereira
31 de março de 2005

O Fórum Social Mundial e o Encontro Anual do Fórum Econômico Mundial são espaços de debates e discussões de propostas de solução para os problemas mundiais atuais. Apesar de compartilharem objetivos próximos, ambos propõem abordagens diferentes. Além disso, as diferenças dos dois são mais profundas.

O Encontro Anual do Fórum Econômico Mundial (FEM), ocorrido entre 26 e 30 de janeiro de 2005, em Davos na Suíça, foi uma reunião que contou com a presença de autoridades políticas e chefes de companhias que possuem peso no sistema internacional. Esse encontro reuniu mais de 2000 pessoas que discutiram assuntos focados em questões globais, regionais e sobre a indústria mundial. O fundador e atual presidente executivo do Fórum Econômico Mundial, Klaus Schwab, manteve o compromisso de incentivar os participantes do Encontro Anual de 2005 a exercer “a auto-responsabilidade, responsabilidade global e a responsabilidade com as próximas gerações”.

O Encontro Anual teve início em 1971, chamado de Simpósio de Davos. O objetivo central dessas reuniões, desde então, “é encontrar soluções para os desafios globais”. A partir de então, o encontro tem ocorrido sempre no final de janeiro de cada ano e, com algumas exceções, em Davos. Esses encontros anuais, e as discussões e as propostas neles debatidas, se configuram num direcionamento para um grande conjunto de atividades do FEM. Também ficam decididas para o restante do ano

discussões que envolvam assuntos regionais, como a reunião de junho de 2003, na Jordânia, para debater a invasão ao Iraque.

No presente ano, o Encontro Anual de Davos deu prioridade de ação ao tema da pobreza, mudança climática, alfabetização, globalização com efeitos equitativos e a boa governança global como sendo de responsabilidade de toda a sociedade. Resumidamente, o encontro discutiu diversas idéias com relação ao bem-estar social e também o do planeta. A proposta do presidente francês, Jacques Chirac, sobre a cobrança, em caráter experimental, de um imposto internacional para financiar a luta contra a AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) uma vez que, segundo o presidente, as organizações internacionais estão “fracassando diante dessa pandemia”. O Presidente Lula reiterou o que disse há dois anos em Davos sobre o compromisso internacional de combate à fome e à pobreza. Em relação às mudanças climáticas, o Vice Primeiro-Ministro da China, Huang Ju, afirmou que o crescimento econômico chinês e mundial são interdependentes. O presidente da Ucrânia, Victor Yushchenko, discutiu a entrada de seu país à União Européia argumentando sobre o potencial



ucraniano, com uma população em torno de 50 milhões, e a sua posição geográfica no “coração da Europa”.

Os participantes do Encontro Anual têm sido chamados para a implementação de uma série de medidas concretas desenhadas para produzir resultados imediatos e de longo prazo, como a adoção de tecnologia para reduzir a emissão de gases de efeito estufa, a criação de um fundo para acelerar a ajuda financeira para os países pobres e a remoção de barreiras comerciais. Essa última, segundo seus organizadores, é a razão que impede os países em desenvolvimento de usufruir os dividendos do crescimento econômico mundial.

Contrapondo justamente a forma como o mundo é visto pelo FEM é que foi pensado o Fórum Social Mundial (FSM). O FSM ocorre desde 2001, sempre paralelamente ao fórum de Davos, e que uma vez mais foi realizado em Porto Alegre. O “processo do FSM”, como é conhecido no círculo dos movimentos sociais, ocorreu em quatro etapas, segundo Francisco Whitaker, membro da Comissão Brasileira de Justiça e Paz e integrante do Conselho Internacional do FSM.

A primeira etapa está relacionada às manifestações de movimentos sociais desencadeados pela proposta do Acordo Multilateral de Investimentos (AMI) que vinha sendo discutido em segredo pela Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 1998 e que daria diversos direitos a esses investimentos estrangeiros sobre, sobretudo, os países em desenvolvimento. O movimento estadunidense Public Citizens, liderado e fundado por Ralph Nader, candidato à presidência dos Estados Unidos nas últimas eleições, protestou através de um artigo que ecoou no jornal francês *Le Monde Diplomatique*, o que incentivou os movimentos sociais em diversos países. Tal fato tornou

insustentável o apoio da França ao AMI e isso provocou a desmobilização do acordo. Os grupos de esquerda viam no AMI uma “espécie de constituição mundial do capital”.

A segunda etapa foi a mobilização que as diversas associações para a implementação da taxa Tobin tiveram a partir desse momento. O objetivo dessas associações era lutar pela concretização da proposta de taxação dos movimentos do capital especulativo feito pelo Prêmio Nobel de Economia James Tobin e assim controlar a liberdade de circulação mundial desse tipo de capital, em benefício dos mercados emergentes.

A terceira etapa se constituiu em movimentos anti-globalização realizados pelo mundo em local e data nos quais havia reunião de algum organismo comercial-financeiro internacional. Geralmente, os organismos escolhidos para essas manifestações eram a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI) ou o Banco Mundial.

Na quarta etapa já estavam se concretizando na Europa as chamadas manifestações Anti-Davos. Diante disso, Oded Grajew, presidente do Instituto Ethos no Brasil, propôs agrupar todas essas manifestações de massa e protestar nos mesmos dias do encontro de Davos de 2001, a fim de se dar uma dimensão simbólica a esse futuro evento. Nessa questão, o objetivo central do FSM é a luta contra o neoliberalismo. Já em Davos, segundo Francisco Whitaker, “que se constrói a teoria [neoliberal] e vai se avançando na prática da dominação do mundo pelo capital, dentro dos parâmetros do neo-liberalismo”.

No V FSM, Hugo Chávez, presidente da Venezuela, que foi o mais aplaudido no evento, criticou os Estados Unidos “por suas políticas imperialistas”. Fez muitos comentários contrários à política externa dos Estados Unidos e afirmou que a idéia estadunidense de criar a Área de Livre

Comércio das Américas (ALCA) “está morta” e pediu uma nova alternativa ao capitalismo. Esse tipo de discurso retórico, na verdade, não tem tido repercussão entre os que detêm o poder político ou econômico. Além disso, exceto por ser um país membro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e grande produtor de petróleo, Chávez não tem grande expressão política internacional.

No V FSM participaram 6872 organizações de 151 países e 155 mil pessoas foram cadastradas. Além disso, em sua quinta edição ficou decidido pelo Conselho Internacional do FSM que o evento em 2006 será realizado de forma descentralizada na mesma data da reunião em Davos. Entretanto, as organizações que se propuserem a integrar esse tipo de manifestação em seus países (ou regiões) deverão compartilhar dos princípios metodológicos em comum e estarem de acordo com a Carta de Princípios do FSM.

Outra decisão tomada é que o FSM de 2007 será realizado na África. Esse evento na África ficará sob a responsabilidade das organizações africanas e contará com uma participação de apoio do Conselho Internacional nos trabalhos para 2007.

Os dois fóruns têm em comum debates e discussões de como alcançar o bem-estar social em inúmeros países. Embora retoricamente ambos tenham objetivos comuns, em realidade possuem proposições políticas distintas. Para o FSM é a luta contra o neoliberalismo que permitirá a “construção de uma sociedade centrada no ser humano” e é através do encontro de Davos que essa teoria é amplificada para os outros países. Já para a maioria dos participantes de Davos, uma vez que são convidados para o evento pessoas com outras idéias que não as neoliberais, como forma de dar legitimidade internacional ao evento, a solução para os desafios globais tais como clima, alfabetização, ajuda financeira aos países pobres ou os benefícios advindos das remoções das barreiras comerciais

passariam pela auto-responsabilidade de toda a sociedade civil. Portanto, não há como ter diálogo construtivo entre os dois fóruns, como pode sugerir a visita do presidente Lula aos dois encontros nos últimos anos.

Duas diferenças importantes nos encontros de Davos e Porto Alegre se referem ao modo de participação e à forma como as questões debatidas nos mesmos são utilizadas. Enquanto que o FSM é um espaço aberto de discussão onde só é necessário se cadastrar, o Encontro Anual é reservado a determinadas autoridades políticas, convidados e a membros de companhias que apóiam, contribuem e se beneficiam dos compromissos do FEM. Esses últimos atores estão envolvidos ativamente nas atividades da organização do FEM e contribuem com seus expertise e recursos.

A segunda grande diferença é que o FSM reúne e articula entidades e movimentos da sociedade civil de grande parte do mundo e não possui caráter deliberativo. Ou seja, as 352 propostas fixadas no Mural de Propostas pelos participantes do V FSM não devem ser utilizadas em nome do FSM. Já o Encontro Anual se configura como um direcionamento de atividades do FEM, como já dito, e de muitas das companhias que o apóiam.

Referência

[BBC Brasil](#)

[BBC News](#)

[Fórum Econômico Mundial – Annual Meeting 2005](#)

[Fórum Social Mundial 2005](#)

[Ministério das Relações Exteriores do Brasil](#)

[TERRA Notícias](#)

A Economia dos Estados Unidos após 11 de setembro

Análise
Economia e Comércio

Jéssica Naime
08 de abril de 2005

A partir do ano 2000, a economia dos Estados Unidos sofreu uma desaceleração, gerando impactos nas taxas de desemprego, investimento direto e consumo. Nos anos que se passaram desde 2003, entretanto, uma agressiva política fiscal e monetária desempenhada pelo governo Bush tem refletido na melhora dos principais índices econômicos do país.

A economia dos Estados Unidos começa a dar sinais de recuperação após o período de desaceleração observado entre 2000 e 2003. Com a relativa piora dos principais indicadores econômicos do país, a administração de George W. Bush adota políticas fiscal e monetária expansionistas, tendo o Federal Reserve (FED) – o banco central estadunidense – mantido a taxa básica de juros a 1% ao ano, e tendo o governo reduzido impostos, ambas a fim de tentar alavancar a economia via aumento da demanda agregada: consumo privado e público.

A partir de 2000, ainda na administração democrata do presidente Bill Clinton, a economia estadunidense passa por um período de desaquecimento, sendo observada uma queda nas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), que entre 1999 e 2000 estava no patamar de 5%, chegando a 0,5% em 2001. Essa queda nas taxas de crescimento do PIB veio acompanhada de relativa piora nos principais indicadores econômicos do país.

É evidente, a partir de uma análise acurada do Balanço de Pagamentos dos Estados Unidos, que sua economia

deteriorou-se após os atentados de 11 de setembro de 2001. Entretanto, é necessário considerar os demais fatores que podem ter contribuído para tal deterioração. (1) George W. Bush, do Partido Republicano, assumiu a presidência em janeiro de 2001, sucedendo um presidente democrata. Embora as diretrizes gerais de sua política não tenham ficado claros até o atentado em setembro, há obviamente diferenças entre as diretrizes políticas dos dois partidos. (2) Um quadro de desaquecimento da economia, como mencionado anteriormente, já se desenhava desde 2000. (3) O atentado, em função dos impactos causados ao país, por si só configura-se como um fator capaz de alterar o formato das políticas a serem adotadas. Contudo, não se pode presumir que a política externa (atrelada à política doméstica) do presidente Bush seria pautada por outras diretrizes caso não houvesse o atentado.

Portanto, trata-se de perceber a economia estadunidense no escopo das políticas adotadas após o 11 de setembro. Houve, a partir de então, um recrudescimento da política de defesa acompanhado por um aumento considerável nos gastos militares. A instabilidade gerada no Oriente Médio, em função – dentre outras

coisas – da intervenção no Afeganistão e Iraque, juntamente com outros fatores¹, contribuiu para um aumento sistemático nos preços do petróleo, que chegou a ser cotado a US\$58 o barril. Assim, tem-se um aumento dos custos com importação, pressionando para uma piora no saldo da Balança Comercial (BC), que evolui de um déficit de US\$ 386 bilhões em 2001 para um déficit de US\$ 548 bilhões. Uma retração na economia européia também contribui para pressionar esse déficit, ao reduzir a demanda por produtos estadunidenses.

Contudo, é preciso ressaltar que a dinâmica da Balança Comercial dos Estados Unidos é diferente. Por ser o dólar a moeda utilizada nas transações mundiais, um déficit na BC não representa um risco para o não pagamento das dívidas externas. Para repor um déficit, os EUA podem financiá-lo, através da emissão de títulos da dívida pública, obtendo assim moeda que se encontrava em poder de investidores internacionais.

Principais Indicadores Econômicos dos Estados Unidos

	2001	2002	2003	2004	2005 (previsão)
PIB (%)	0,5	2,2	3,1	4,5	3,9
Demanda Doméstica (%)	0,7	2,8	3,3	4,5	3,7
Desemprego (%)	4,8	5,8	6,0	5,5	5,4
Inflação (%)	2,8	1,6	2,3	2,7	2,6
Contas públicas (US\$ bi)	127	- 158	- 375	- 486	- 432
Balança Comercial (US\$ bi)	- 386	- 474	- 531	- 556	- 548

Valores em porcentagem representam a variação de um período para o próximo.

Valores negativos indicam um déficit.

Fonte: FMI (Relatório para os Estados Unidos da América de 2004)

Os gastos com as intervenções no Iraque e Afeganistão foram co-fatores para a situação deficitária das contas públicas a partir de 2002. O governo saiu de uma situação superavitária de US\$ 127 bilhões para um pico do déficit de US\$ 486 bilhões em 2005. Entretanto, a política de expansão fiscal desempenhada pelo governo como forma de impulsionar a economia foi um grande responsável pelo aumento do gasto público. Isso porque houve uma redução de impostos, na expectativa de ampliar a demanda doméstica. A política foi exitosa na

medida em que a demanda doméstica teve um crescimento sustentado, tendo crescido 0,7% (antes da implantação da política) em 2001 e 4,5% em 2004. Esse aumento da demanda doméstica representa um aumento do consumo privado, mas o aumento do gasto governamental colaborou em grande medida, principalmente a parcela referente à política de segurança.

O baixo desempenho industrial influenciou o mercado de trabalho. As taxas de desemprego aumentaram ao longo do período 2001-2003, sofrendo

ligeira queda a partir de 2004. Com o baixo desempenho do mercado de trabalho, o nível salarial acompanhou a queda do nível de ocupação: a taxa nominal de crescimento per capita dos salários caiu de 6,5 % em 2000 para 2,4% em 2003. Com um reaquecimento do mercado, os empresários retomaram a confiança no desempenho da economia e voltaram a investir, ampliando assim as vagas, e o nível de desemprego apresenta trajetória declinante a partir de 2004.

Com o reaquecimento econômico, o FED aliviou a pressão sobre as políticas fiscal e monetária, e, em junho de 2004, aumentou em 0,25 ponto percentual a taxa básica de juros, passando a vigorar a taxa de 1,25% e iniciando uma política de contração monetária. A queda do dólar no mercado internacional em comparação com as principais moedas do mundo representa uma das causas desse ajuste. Ao aumentar sua taxa de juros, os Estados Unidos conseguem atrair investimentos, dantes depositados em outras economias, dado o baixo risco da operação. E conseqüentemente reduz a liquidez internacional do dólar intervindo assim, na trajetória de queda do valor da moeda. Por outro lado, o impacto gerado para as economias em desenvolvimento pode ser devastador, pois a maioria desses investimentos representa recurso substancial para o andamento de suas economias.

A desaquecimento econômico estadunidense também gerou impacto sobre os preços. A inflação gerada pelo aumento do gasto com energia e com alimentos (itens estes que mais aumentaram, pressionando o nível geral de preços), chegando a 1,5% em maio de 2004, acabou por inverter o quadro de deflação observado anteriormente a 2000. A reversão do processo foi tal, que a inflação tem sido cuidadosamente acompanhada pela autoridade monetária. O quadro inflacionário tem sido influenciado também pela depreciação do dólar estadunidense em face das demais

moedas.

Analistas acreditam que a desaceleração, caracterizada por muitos como crise ou recessão, foi um dos quadros mais difíceis de reverter, se comparados aos anteriores. O nível de desemprego, apesar das políticas adotadas pelo governo a partir de 2001/2002, demorou a responder positivamente, e as taxas observadas foram as mais altas se comparadas a outros períodos recessivos.

Segundo o FED, as perspectivas para 2005 e 2006 são positivas. Seus economistas acreditam que a inflação tende a permanecer baixa, e que a taxa de desemprego permaneça em torno de 5,25%. O crescimento do PIB esperado para 2005 está entre 3,75 e 4%, e a projeção para 2006 é de 3,5%. O forte desempenho do consumo interno é acreditado ser o motor para a continuidade do crescimento, na medida em que o setor privado estaria recuperando a credibilidade na economia e voltando a investir na produção.

Referência

[UNCTAD](#)

[FMI](#)

[OCDE](#)

[FED](#)

Ver também:

23/06/2004 – [Economia nos EUA: perspectivas e problemas.](#)

¹ Dentre estes fatores, um dos que mais influenciou o aumento dos preços do petróleo foi o considerável aumento da demanda da China, que tem apresentado altas taxas de crescimento de sua economia. Para maiores informações a esse respeito, ver [A crise energética da China.](#)

Referendos populares na Europa: ratificação de uma constituição europeia?

Análise
Integração Regional

Layla Dawood
08 de abril de 2005

O anúncio e a posterior realização de referendos populares por parte de alguns dos Estados-membros da União Europeia, no intuito de "ratificar a Constituição Europeia", levantam uma série de questionamentos.

Em junho de 2004, os 25 representantes governamentais que compõem o Conselho Europeu assinaram o documento que ficou conhecido como Constituição Europeia. O referido documento encontrava-se em processo de elaboração há 2 anos, sendo seu primeiro esboço apresentado no âmbito da "Convenção sobre o futuro da Europa" — encontro que, de forma bastante incomum, tendo em vista o funcionamento ordinário das instâncias que compõem a União Europeia (UE), reuniu parlamentares nacionais dos Estados-membros daquela organização, bem como atores não-estatais.

À apresentação do primeiro esboço, seguiram-se negociações entre os Estados, no curso de vários meses, que culminaram na feitura e assinatura do documento. Contudo, em função de seu processo de elaboração e de seu *locus* de assinatura (o Conselho Europeu), este se enquadra na categoria dos tratados internacionais. Desse modo, a expressão Constituição Europeia, além de inadequada, acaba por induzir a equívocos no que tange à consideração do mesmo.

O Conselho Europeu reúne semestralmente (ou em caráter extraordinário, obedecidos procedimentos específicos) os Chefes de Governo de cada um dos Estados-membros, auxiliados por seus Ministros das Relações Exteriores, para a discussão e deliberação de assuntos que envolvam os interesses individuais de cada qual desses países. Dessa forma, tem relevo no Conselho Europeu a defesa dos interesses estatais individuais ou, ainda, a repercussão da integração sobre os interesses destes, em detrimento dos interesses da integração em conjunto, supostamente defendidos pelos demais órgãos da organização tais como o Conselho da União Europeia.

Tais circunstâncias autorizam a afirmação taxativa de que o processo de elaboração de uma constituição europeia, nos moldes das constituições estatais vigentes contemporaneamente, não se encontra terminado. A contrário senso, há que se questionar seu próprio começo. Tecnicamente, uma constituição funda um determinado Estado de Direito. Este, se democrático, deve ser precedido pela eleição de uma Assembléia Constituinte, observado o sufrágio universal,



responsável pela elaboração da constituição, lei fundamental de um Estado, e, portanto, superior às demais leis infra-constitucionais. Não obstante, a elaboração de uma constituição e posterior fundação de um Estado europeu não foi, obviamente, o objetivo das recentes iniciativas que levaram à elaboração do documento.¹

Por outro lado, de acordo com o Direito Internacional, os tratados que dão origem às organizações internacionais podem ser compreendidos como espécies de constituições que regulamentarão seu funcionamento. Sendo assim, no caso da UE, cada um dos tratados que a foram delineando no curso dos anos possuíam tal característica, algo totalmente negligenciado quando se faz referência ao documento de junho de 2004 como sendo “a Constituição Européia”.

Assim, faz-se necessário reiterar que o documento em questão consiste em um tratado constitutivo que em nada difere dos anteriores (Roma, Maastricht, Amsterdam e Nice) e que, como tal, sua vigência nos países membros depende da ratificação pelas instituições domésticas, em concordância com os procedimentos internos destinados a tal fim. O futuro do tratado de pretensões constitucionais depende, portanto, da ratificação unânime de todos os Estados-membros.

Dada a referida exigência de unanimidade para a vigência do que alguns autores chegam a denominar “tratado constitucional”, previu-se que, se, em dois anos após a assinatura, apenas 4/5 dos países o ratificarem, o Conselho Europeu levará em conta este fato — afirmativa extremamente vaga que não indica que direção seguir nestas circunstâncias. Tampouco foi previsto o tratamento a ser dado àqueles países que, embora não ratifiquem o tratado, desejem permanecer como membros da UE.

Além disso, embora a ratificação de tratados se dê, em geral, no âmbito dos legislativos nacionais, até novembro de

2004, 11 países haviam declarado que realizariam referendos populares para a aprovação ou não do texto dito constitucional — Bélgica, República Tcheca, Dinamarca, França, Irlanda, Luxemburgo, Holanda, Polônia, Portugal, Espanha e Reino Unido — sendo que apenas três países teriam inteiramente rejeitado a possibilidade de realização de referendos — Malta, Suécia e Alemanha.

Referendos populares são práticas pouco comuns dentre os membros da UE, usados apenas para a aprovação de emendas às suas constituições domésticas no caso de que o conteúdo de um tratado assinado não coadune com o texto constitucional, sendo que é possível afirmar que a observância de tal procedimento no intuito de ratificar ou não um tratado seria inconstitucional na maioria dos Estados-membros. Contudo, a despeito dos impedimentos legais, cogita-se que os referendos serão levados a cabo em função de circunstâncias eminentemente políticas. Teme-se, entretanto, que a realização destes em países como a França poderia inviabilizar a vigência do tratado.

O analista Carlos Closa destaca a preferência européia pela democracia representativa, mas identifica uma busca por uma espécie de meio-termo ou por um balanço constitucional entre os dois extremos democráticos: representativo e direto. A Holanda, a exemplo, encontra-se em vias de implementação de uma nova legislação destinada a regulamentar o primeiro referendo da história do país.

De acordo com o referido autor, quatro fatores de cunho político explicam o recurso ou não ao referendo por parte dos Estados-membros da UE para a ratificação do documento. Inicialmente, ressalta a idéia de que a “constituição européia” e suas mudanças são de tamanha importância que requerem uma expressão renovada de legitimidade na forma do consentimento direto dos cidadãos. O caso espanhol enquadrar-se-ia nesta categoria, ou seja, teria sua ocorrência explicada por

razões simbólicas ou ideológicas. O mesmo poderia ser afirmado em relação à Bélgica e à Holanda, países nos quais os referendos não são mandatários sobre os respectivos governos, mas cujas autoridades já declararam que respeitarão a vontade da maioria.

O segundo fator determinante da realização ou não de referendos seria a existência de divergências entre os parlamentares e a população dos Estados-membros no que tange aos assuntos relativos à UE. Nesse sentido, em Malta e na Suécia, os parlamentares provavelmente evitariam o recurso a referendos, dada a resistência popular em relação à UE já demonstrada em ocasiões anteriores.

Além disso, poder-se-ia considerar os referendos como um árbitro entre os partidos domésticos com visões diversas em relação à UE e ao mais recente tratado. Nesse sentido, o referendo para a aprovação ou não do tratado estaria sendo encarado como uma primeira batalha para os partidos nascidos com o único objetivo de pôr fim à UE.

Finalmente, referendos poderiam ser usados para resolver situações de conflitos partidários internos entre anti-integracionistas *versus* integracionistas: dicotomia contemporânea que adquire relevância na Europa em detrimento da tradicional divisão entre partidos de esquerda e de direita.

Carlos Closa reconhece que o uso de referendos com vistas à legitimação popular pode revelar-se uma faca de dois gumes, uma vez que o número de pessoas que compareceram às últimas eleições para o Parlamento Europeu foi baixo, o que torna alta a probabilidade de que os eleitores tampouco compareçam nesta oportunidade ou de que o número de "nãos" seja maior em função de uma suposta maior capacidade dos movimentos anti-UE de reunir pessoas.

Outras desvantagens relativas à utilização de referendos para o fim proposto podem

ser observadas. Não obstante a força retórica do argumento que justifica a observância de referendos para a legitimação popular do documento, este ignora por completo as dificuldades técnicas para a realização dos mesmos. O tratado possui 341 páginas, sendo o conhecimento de seu conteúdo impossível para a maioria das pessoas. Assim, é questionável a aferição de qualquer legitimidade neste caso. No máximo, poder-se-ia falar em legitimação popular *a priori* se houvesse sido dada aos cidadãos europeus a prerrogativa de eleição daqueles que elaborariam o texto.

A própria complexidade dos assuntos colocados em pauta põe em questão sua adequabilidade, uma vez que a maioria dos que efetivamente comparecerão às urnas, assim o farão por motivos diversos que não o entendimento e conseqüente posicionamento em relação à matéria. A resposta popular a referendos depende, muitas vezes, da correlação percebida pelos eleitores entre este e assuntos locais. Podem funcionar, a exemplo, como uma espécie de punição popular a governos domésticos negligentes.

Em sentido oposto, o estudioso Pascale Andréani considera que a UE esteja prestes a entrar na fase final do processo de criação de sua constituição: a submissão do documento à população diretamente (por meio dos referendos) e aos seus representantes (no âmbito dos legislativos nacionais).

Apesar de reconhecer a inadequação do termo constituição, opta por sua utilização em função da conotação política que o termo carregaria consigo. Sustenta que este expressa a vontade dos governos de criação de uma entidade política que reflita ou incorpore mais do que a soma de acordos intergovernamentais. Para o autor, tal vontade teria sido evidenciada pela decisão, anunciada pelos chefes de estado e governos em 2001, de realizar uma Convenção Constitucional.

Pascale Andréani estabelece uma ligação

entre o documento aqui analisado e a expansão da UE, a qual trouxe maior heterogeneidade econômica, geográfica e histórica à organização — fenômeno que ocorre paralelamente ao aumento de escopo das atividades da UE. Esta não mais constitui apenas um mercado comum, mas uma organização que discute questões judiciais e de política externa comum.

Em face da percepção de que o alargamento sem reformas resultaria em estagnação política, desintegração econômica e fragmentação social, o recente tratado visaria a promover reformas básicas, para além das meramente institucionais já realizadas, fortalecendo os fatores que unem os Estados-membros e melhorando os mecanismos de tomada de decisão.

Nesse sentido, os objetivos do tratado seriam:

- 1) esclarecer a responsabilidade das instituições que compõem a UE, determinando o que deve ser feito, como, por que razões e por quem;
- 2) promover a democracia e a transparência no processo de tomada de decisão, minimizando a desconexão entre as instituições e os cidadãos (déficit democrático). Para tanto, a Comissão Europeia terá seu presidente eleito pelo Parlamento Europeu. A eleição terá candidato único indicado pelo Conselho Europeu (que deverá observar o resultado das eleições parlamentares europeias, sendo que o presidente deverá ser proveniente do partido que angariar maior número de membros no âmbito do Parlamento) e aprovado pela comissão. Novas convenções de revisão dos tratados, nas quais terão direito à voz parlamentares nacionais e atores não-estatais serão realizadas. Instaurar-se-á o direito de petição, por meio do qual uma determinada questão política poderá ser submetida à Comissão se contar com a assinatura de pelo menos 1 milhão de europeus provenientes de vários dos

Estados-membros;

- 3) incrementar a eficiência dos processos de decisão por meio do aumento do mandato do presidente do Conselho Europeu para 2 anos e meio (ao invés de 6 meses), no intuito de gerar maior estabilidade e tempo para a elaboração de políticas; da criação do cargo de Ministro Europeu das Relações Exteriores (apontado pelo Conselho), que acumulará tal função com a de vice-presidente da comissão, numa tentativa de promoção de coerência e eficiência por parte das políticas externas comuns e de segurança.

Quatro países já ratificaram o tratado, mas apenas a Espanha o fez por meio de referendo. Não obstante, apesar do fato de que 77% dos eleitores o tenham aprovado, compareceram apenas 42% do eleitorado espanhol às urnas.

Embora o instituto de pesquisa *Eurobarometer poll* tenha declarado que 77% dos europeus são a favor do tratado e que 67% acreditam ser esta condição essencial para o funcionamento de uma UE aumentada, não há como negligenciar o contexto conturbado em que se dá o processo de ratificação. Recentemente, elegeu-se pela primeira vez uma Comissão Europeia composta de 25 membros e são recorrentes as polêmicas acerca da entrada ou não da Turquia. A questão turca afeta, em especial, os cidadãos franceses, sendo que há quem afirme que a entrada da Turquia será relacionada por tais eleitores ao referendo de ratificação do tratado neste ano.

Em fevereiro de 2005, o Congresso francês emendou a constituição do país para adequar-se ao tratado, fixou a data do referendo para 29 de maio de 2005 e estabeleceu que quaisquer adesões de novos membros serão submetidas a referendo popular. Os favoráveis ao texto buscam persuadir o eleitorado com a evocação de princípios genéricos como a democratização da organização e pacificação do continente, o que parece favorecer aos opositores, os quais

possuem argumentos mais tangíveis que afetam diretamente a vida cotidiana dos cidadãos: aumento do desemprego e dos níveis migracionais. Além disso, os partidos que apóiam o documento são, em muitos casos, rivais internos, o que dificulta uma campanha conjunta. Por outro lado, figuras importantes colocam-se contra o tratado, a despeito da posição de seus partidos e da tradicional disciplina partidária, o que confunde o eleitorado. Por fim, há quem afirme que o referendo será usado pelos partidos nacionalistas franceses que defendem outras formas de integração que não a União Européia contra a própria organização.

Referência

ANDRÉANI, Pascale. The Constitutional Enlargement of Europe. Nov. 2004. Disponível em: <http://www.brookings.edu>.

BOISGROLLIER, Nicolas de. Will the EU Constitution Survive a Referendum in France? Mar. 2005. Disponível em: <http://www.brookings.edu>.

CLOSA, Carlos. Ratifying the EU Constitution: Referendums and their Implications. Nov. 2004 Disponível em: <http://www.brookings.edu>.

PIRES, Francisco Lucas. Introdução ao direito constitucional europeu (seu sentido, problemas e limites). Coimbra: Livraria Almedina, 1997.

¹ Neste ponto, há que se fazer menção à corrente constitucionalista que advoga a existência de uma Constituição Européia mesmo antes do documento que aqui se analisa. Os tratados anteriores que compõem a UE já possuiriam, em seu bojo, princípios de natureza constitucional que, em conjunto, conformariam uma constituição européia material. Tais considerações inserem-se nas discussões do chamado novo constitucionalismo, bem como no que vem sendo denominado novo direito constitucional europeu.

Relatórios de investigação sobre o Programa Petróleo por Comida

Resenha
Segurança/Comércio

Camila Penna de Castro
03 de abril de 2005

O Comitê de Investigação Independente da Organização das Nações Unidas (ONU) divulga o segundo relatório acerca da investigação das irregularidades do programa Petróleo por Comida no Iraque. Revelações sobre a escolha das companhias empreiteiras para o programa e sobre indivíduos envolvidos diretamente nas atividades ilícitas, dentre eles Kojo Annan, filho do Secretário-Geral Kofi Annan, são trazidas à tona.

Em dia 29 de março de 2005 foi divulgado o segundo relatório interino do Comitê Independente de Investigação (CII) sobre a investigação das suspeitas de irregularidades na administração do Programa Petróleo por Comida (*Oil-for-Food*), da Organização das Nações Unidas (ONU). O Comitê Independente de Investigação foi criado em abril de 2004 pelo Secretário Geral da ONU, Kofi Annan, como uma forma de responder às alegações de administração imprópria do Programa – que vieram à tona no início daquele ano. O primeiro relatório do CII foi divulgado no dia 03 de fevereiro deste ano.

O Programa Petróleo por Comida foi adotado em 1995 por meio da Resolução S/RES/986 do Conselho de Segurança da ONU. Em 1990, após a invasão do Kuwait pelo Iraque, o Conselho impôs uma sanção proibindo a compra e venda de qualquer produto iraquiano aos países membros da ONU. Contudo, após alguns anos verificou-se que a escassez de alimentos e remédios estava impondo condições severas à população do país. Decidiu-se então pela imposição de um tipo de sanção seletiva – na medida em

que se aplicava apenas a alguns setores comerciais –, a qual convencionou-se chamar “sanção inteligente”¹. Com efeito, a Resolução S/RES/986 permitia ao Iraque vender parte de seu petróleo contanto que a maior porção das arrecadações desse deveria ser utilizada para a compra de alimentos, remédios e outros produtos para ajuda humanitária. A quantia excedente seria alocada para as reparações da guerra contra o Kuwait, inspeção de armas, custos administrativos e outros gastos.

Com o início das operações do Programa, em dezembro de 1996, estabeleceu-se também o Comitê de Sanções para o Iraque, que ficou conhecido como o “Comitê 661”, o qual tinha responsabilidade de monitorar a implementação do Programa. Para a realização do Programa necessitar-se-ia da contratação de três principais operadores: um banco responsável pela conta de depósito em garantia, uma companhia de inspeção para inspecionar o petróleo que saía do Iraque e uma companhia de inspeção para inspecionar os bens que

¹ *Smart Sanction*

chegavam ao Iraque através do Programa. O critério de seleção para tais empresas deveria se pautar no menor custo de licitação aceitável. O Programa Petróleo por Comida – que movimentou cerca de 65 bilhões de dólares – chega a seu fim em novembro de 2003, com o término do regime de Saddam Hussein, e desde então várias alegações foram e continuam sendo feitas acerca da atividade ilícita e corrupta de aproximadamente 3.500 companhias que participaram do Programa – tanto na venda do petróleo, quanto na compra de bens.

Em face dessas alegações de ilicitude, foi criado, no âmbito da ONU, o Comitê Independente de Investigação, que tinha como funções: (1) investigar se os procedimentos estabelecidos pela ONU para a administração e gestão do Programa foram violados; (2) determinar se os funcionários da ONU se engajaram em qualquer atividade ilícita ou corrupta enquanto estavam envolvidos no Programa; (3) determinar se as contas bancárias estavam em ordem e se foram mantidas de acordo com as regras da ONU. O Comitê é presidido por Paul Volcker (ex-presidente do Federal Reserve), e conta com mais dois membros: Mark Pieth (Professor de Direito Criminal e Criminologia da Universidade de Basiléia) e Richard Goldstone (Juiz Sul-africano). Logo após a criação do Comitê, o Conselho de Segurança da ONU adotou uma resolução convocando a Autoridade Provisória da Coalizão no Iraque e todos os outros países membros das Nações Unidas a cooperar com a investigação.

Em seu primeiro relatório o Comitê mostrou que a escolha dos três operadores encarregados de inspecionar as compras e vendas de produtos previstos no Programa e administrar os fluxos financeiros não foram escolhidos de acordo com o critério de menor custo de licitação aceitável. Com efeito, a escolha do Banque Nationale de Paris (BNP) não era o de menor licitação e atendeu, segundo o relatório, antes a critérios

políticos do que de baixos custos. Nas duas companhias de inspeção, nomeadamente: e *Sayboat Eastern Hemisphere BV*, que inspecionava petróleo e, *Lloyd's Register Inspection Ltd.*, que inspecionava bens, verificou-se, segundo o relatório, uma preferência clara por elas desde o início e um processo de contratação pouco transparente.

A mais destacada revelação do relatório foi, contudo, a de que o Diretor Executivo do Programa, Benos Sevan, estava envolvido em uma série de atividades ilícitas, como a alocação de uma parcela dos recursos da venda do petróleo. Não obstante Sevan ter negado sua participação em tal tipo de operação, a investigação descobriu que o Diretor, durante os anos que encabeçava o Programa, remetia uma grande quantidade de dinheiro à sua mãe, que era aposentada e morava no Chipre. Outra questão endereçada pelo relatório foi o fato de que Sevan pediu ao Iraque para alocar petróleo a uma companhia chamada *African Middle East Petroleum (AMEP)*, representada por Fakhry Abdelnour, um amigo de Sevan. Em retorno Sevan teria se esforçado para permitir ao Iraque comprar insumos para sua infraestrutura petrolífera em vez de alimentos, contrariando, portanto, os procedimentos do Programa. Segundo o relatório essa ação apresentaria “um grave e contínuo conflito de interesses” e a conduta de Sevan seria “eticamente imprópria, minando seriamente a integridade da ONU”.

Em 31 de dezembro de 1998 a empresa responsável pela inspeção dos bens que eram comprados com a venda do petróleo, nomeadamente a *Lloyd's Register Inspection Ltd*, foi substituída pela empresa suíça *Cotecna Inspection*. As questões acerca da escolha dessa empresa e do suposto envolvimento do filho de Koffi Annan, Kojo Annan – que era, na época do Programa, funcionário da empresa – foram abordadas no segundo relatório da CII. Segundo o relatório, a contratação dessa empresa atendeu ao critério de

menor licitação possível, ao contrário da que a antecedeu, que teria se desviado desse critério por “razões políticas”. O relatório alegou ainda que durante a decisão de contratação da empresa, nenhuma das pessoas relevantes no processo de decisório sabia que Kojo Annan era seu funcionário. Acerca do envolvimento do Secretário Geral da ONU, declarou-se que: “não há evidências de que ele tenha participado ou intercedido no processo de negociação para contratação da empresa”. Essa declaração feita pelo relatório isentou Koffi Annan das suspeitas correntes de que ele tinha qualquer tipo de envolvimento, por meio de seu filho, nas atividades ilícitas do programa Petróleo por Comida, e que, portanto, poderia ter se beneficiado pessoalmente de tais atividades.

Referência

Sites

[BBC News](#)

[Centro de Informação das Nações Unidas](#)

[Chicago Tribune](#)

[Stratfor](#)

[Wikipedea](#)

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Pe. Joaquim Giovani Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação-Geral: Prof. Javier Vadell

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof. Eugenio Diniz; Profa. Taiane Las Casas; Prof. Marco Paulo Gomes

Membros: Bárbara Gomes Lamas; Bernardo Hoffman Versieux; Camila Martins A. Gontijo; Carolina Dantas Nogueira; Daniel Ferreira Mendes; Jéssica Naime; Layla Dawood; Luciana Corrêa Costa; Sílvia H.G. Canêdo; Wesley Robert Pereira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500 Prédio 04 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31)3319-4257 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>